

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SERVIÇO SOCIAL

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DE SEGUNDA GERAÇÃO: IMPACTOS DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

¹ Raphael do Espírito Santo Mello e Pires (IC-voluntário); ² Bruna Hadassa Monilla Saraiva Silva (IC-voluntário); Jane Santos da Silva (orientador)

1 - Departamento de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 - Departamento de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras chave: História da Educação; Ditadura militar; Educação à distância.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é um subprojeto da pesquisa A Educação Brasileira de 1964 a 1985: impactos da ditadura, coordenada pela Profª Jane Santos da Silva. Nosso objetivo é analisar as políticas educacionais desenvolvidas pelo regime militar brasileiro (1964-1985), considerando as políticas hegemônicas para os primeiro e segundo graus (GERMANO, 1990; CARVALHO, 2007) e seus desdobramentos na educação por radiodifusão, considerando-a como educação a distância de segunda geração. Nesse sentido, faz-se mister dialogar tanto com a Lei 5.692/71 quanto com o Instituto de Políticas e Estudos Sociais (IPES), responsável por conduzir um amplo debate sobre as propostas pedagógicas que norteariam a elaboração da referida lei.

Em seu capítulo IV, a Lei 5.692/71, ao regulamentar o ensino em sua modalidade supletiva, cria mecanismos para a transmissão das aulas através da radiodifusão e de programas por televisão no artigo 25, parágrafo segundo. No artigo 51, dá margem para a presença de empresas privadas neste projeto e no parágrafo único afirmará que estas corporações que recebam dinheiro público devem colaborar com esta modalidade de ensino (BRASIL, 1972).

Iniciativas como o Projeto Minerva (criado em 1970 e veiculado pela Rádio MEC), o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (o Projeto SACI/ (1973), Telecurso (1978) e o Projeto Conquista (1979) são criados neste bojo. É importante destacar que o rádio será utilizado, nos termos da lei, apenas no ensino supletivo de jovens e adultos. José Germano (1990) propõe que esta preocupação com a escolarização ocorrerá tanto para suprir a necessidade populacional por educação, quanto ao Mercado de trabalho, que necessitava de profissionais mais produtivos e especializados, corroborando a proposta econômica - neste sentido, tais políticas não têm por objetivo principal promover uma ampliação das oportunidades educacionais, culturais ou científicas para todos, mas sim corroborar um discurso de legitimação do Estado naquele momento. Essa relação é tão singular que "[...] o Ministério do Planejamento era superior ao da Educação na "planificação educacional" (SAVIANI, 2008, p. 295).

A educação supracitada só será possível após a articulação do IPES através do fórum "A educação que nos convém" de 1968 (GERMANO, 1990; PAULA, 2014; CARVALHO, 2007; SAVIANI, 2008). A ampla influência do IPES, inclusive em políticas anticomunistas, se dá no contexto de ampliação do mercado e das políticas de capital monopolista, favorecendo a classe média em detrimento ao operariado, sendo o instituto o principal órgão de representatividade da elite dominante, composta por eclesiásticos, militares e empresários (CARVALHO, 2007; GERMANO, 1990; RAMIREZ, 2005). O fórum é realizado entre 10 de outubro e 14 de novembro de 1968 como uma resposta as manifestações em função da reforma universitária. A organização do evento conta em especial com Roberto de Oliveira Campos que, grosso modo, definiu os participantes e as mesas (SAVIANI, 2008).

A partir desta articulação, promovem-se escolas técnicas, "tendo em vista a predominância, prescrita na LDB, da parte de formação especial sobre a de educação geral" (LIRA, 2009; GERMANO, 1990). Soma-se a isso a queda na qualidade das instalações escolares, a diminuição do piso salarial do professorado (tirando essa profissão do bojo da classe média e obrigando que os discentes tivessem mais de um emprego ou um aumento significativo na carga horária) e a elaboração do parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) número 853, definindo a doutrina das matérias de primeiro e segundo grau (LIRA, 2009).

OBJETIVO

Ao considerarmos que não houve uma ruptura em 1964 (com o Golpe) ou em 1985 (com a abertura democrática) e que existem elementos de continuidade, objetivamos destacar o processo de desmonte da educação pública de primeiro e segundo grau no contexto da Lei 5.692/71 e outros pareceres e normas relacionadas a esta, fortalecida pelo modelo da EAD de segunda geração.

METODOLOGIA

- Levantamento da legislação sobre EAD no período de 1964 até 1985;
- Criação de um banco de bibliografias sobre o tema;

RESULTADOS

Esta pesquisa está em fase inicial. Já temos prontos os levantamentos e da legislação e parte da bibliografia pertinente. Nas análises iniciais, já percebemos que não há um processo de ruptura entre o Regime Militar e a Abertura Democrática do Brasil. As falências educacionais são, em sua maioria, continuidades.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o caráter inicial da pesquisa, destacamos as raízes históricas para a má formação dos professores e pela percepção de que a carreira docente não é atraente para os futuros graduandos. Destacamos, ainda, a percepção de que a Educação à Distância é um modelo de baixa qualidade, pois desde sua criação, fortemente vinculada



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

a um discurso de democratização de conhecimento, foi utilizada de forma hegemônica pelo Estado, procurando apenas formar cidadãos que atendessem as necessidades do Mercado. Essa percepção trás para a contemporaneidade, o senso comum da Educação à Distância ser inferior, de baixa qualidade ou mais fácil que a presencial.

REFERÊNCIAS

- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. Cad. CEDES [online], vol. 28, n. 76, pp. 291-312, 2008;
- JUNIOR, Amarílio Ferreira. BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. Educação e Sociologia, 2006, vol. 27, n. 97, pp. 1159-1179;
- MAZZANTE, Fernanda Pinheiro. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. História da Educação, vol. n/d, n. 18, pp. 71-81, 2005;
- PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em: 17/03/2014;
- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/#topo>>. Acesso em: 17/03/2014;
- CARVALHO, Celso. O simpósio “A educação que nos convém”: o IPES e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960. EccoS, São Paulo, vol. 9, n. 2, pp. 369-385, 2007;
- FARIA, Adriano Antonio. SALVADORI, Angela. A educação à distância e seu movimento histórico no Brasil. Revista das Faculdades Santa Cruz, vol. 08, n. 1, pp. 15-22, 2010;
- AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: golpe de estado de 1964. Que Estado, país, sociedades são esses? Projeto História, vol. 29, n. 01, pp. 87-105, 2004;
- GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985): um estudo sobre a política educacional. 1990. 444 f. Tese – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990;
- RAMIREZ, Hermán Ramiro. Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. 2005. 706 f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005.
- BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 17/03/2014;
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto n. 71.244, de 11 de Outubro de 1972. Estabelece normas para a concessão de auxílio financeiro aos sistemas estaduais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 out. 1972. Seção 1, p. 9186;